

Experiência na Mitigação de Riscos Socioambientais no Financiamento de Projetos - 2025

O objetivo desse paper é dar publicidade e compartilhar conhecimento sobre a diligência socioambiental e climática adotada pelo Itaú Unibanco no processo de financiamento a projetos.

Itaú Unibanco Holding S.A.





Por que fazemos isso?

Para o Itaú Unibanco, o cliente está no centro de tudo. Parte significativa do valor que nossas operações podem trazer para a sociedade - e, naturalmente, para os nossos clientes - depende do nosso compromisso de construir um futuro sustentável por meio de nossos negócios.

Ao incluir as dimensões social, ambiental e climática na nossa gestão de riscos, assumimos a postura de agentes de transformação, contribuindo para a revisão das práticas do mercado, criando valor para a nossa sociedade atual e para as gerações futuras.

No que tange às operações de financiamento de projetos, nas quais sabemos para que e/ ou para onde são direcionados os nossos recursos, a nossa responsabilidade pode ser ainda maior.

Por isso, nossa due diligence socioambiental é realizada previamente ao fechamento dessas operações e possuímos, durante toda a vigência de nossos contratos, um processo robusto de monitoramento da conformidade socioambiental que pode incluir, até mesmo, visitas às instalações.

Desde 2004 somos signatários dos Princípios do Equador - um conjunto de diretrizes e critérios que visa identificar e avaliar os riscos e impactos socioambientais em consultorias e financiamentos de projetos, empréstimos-ponte e fianças corporativas relacionadas a projetos.

Além disso, mesmo para operações de financiamento de projetos para as quais os Princípios do Equador não são obrigatoriamente aplicados, realizamos uma due diligence socioambiental que contempla as fases de identificação, mitigação, gestão e

monitoramento dos riscos socioambiental e climático ("riscos SAC").

Entendemos que parte de nosso papel como agentes de transformação é compartilhar conhecimentos e boas práticas. Com esse objetivo, compartilhamos nossas práticas e o que aprendemos com a gestão dos riscos SAC em operações de financiamento de projetos.

Como fazemos isso?

A gestão de riscos socioambiental e climático é aplicada a todos os financiamentos de projetos, incluindo empréstimos-ponte, e começa antes do fechamento do negócio. A assinatura e os desembolsos dos contratos estão condicionados à avaliação prévia dos tópicos relacionados ao tema.

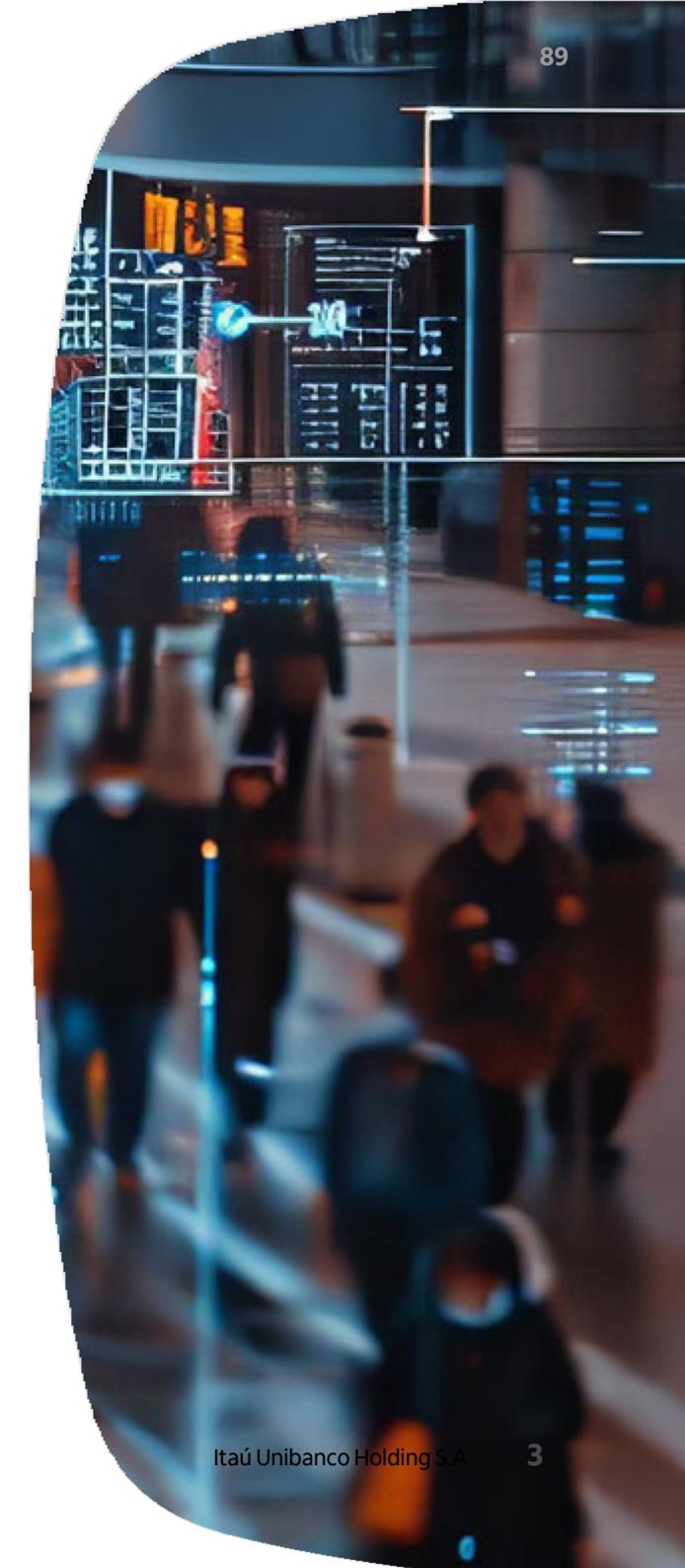
Ao aplicar os Princípios do Equador, somos guiados pelas melhores práticas do mercado internacional e focamos nossos esforços no engajamento de todas as partes interessadas em uma due diligence robusta e transparente. Nesse sentido, a análise começa com a categorização prévia do projeto com base em questões materiais e sensíveis, como seu impacto sobre as populações tradicionais, mudanças climáticas e direitos humanos, de acordo com os Padrões de Desempenho da IFC.

Em seguida, a análise progride para um nível mais aprofundado e detalhado e, além dos impactos, avaliamos as práticas de gestão adotadas para tratar esses impactos. Tudo isso é então comparado aos padrões estabelecidos pela IFC e pela legislação local.

A categorização do projeto pode variar entre alto, médio ou baixo risco. Caso sejam identificadas lacunas entre os impactos e as medidas mitigadoras adotadas, exigimos melhorias no sistema de gestão socioambiental do projeto e poderá ser elaborado um plano de ação a ser inserido no contrato e monitorado periodicamente ao longo da vigência do financiamento.

Além disso, os fatores socioambientais e climáticos têm um impacto direto na classificação final do risk rating do projeto, permitindo uma especificação mais acurada, assim como para melhor alocação de capital baseada nos riscos identificados ou mitigantes encontrados.

Para saber mais sobre nosso processo de due diligence socioambiental e climática e o número de negócios relacionados a projetos fechados no último ano, consulte as informações disponíveis em nosso [Relatório ESG](#).



Case 1 – Avaliação de Riscos Socioambiental e Climático em Projetos Próximos a Áreas Sensíveis

Uma das práticas no mercado financeiro para o financiamento de projetos é a solicitação de fianças bancárias. A fiança completion para projetos garante a conclusão de um projeto financiado, especialmente em projetos de infraestrutura ou construção civil. Caso o tomador do financiamento não conclua a obra conforme acordado, a instituição emissora da fiança pode optar por finalizar a obra ou indenizar o financiador. Embora a fiança não represente um financiamento direto para a construção do projeto, ela facilita o acesso aos recursos necessários para a instalação do empreendimento.

A diligência interna do Itaú indica que todas as operações vinculadas a projetos devem passar por uma análise de riscos social, ambiental e climático, exigindo, no mínimo, a regularidade do projeto com relação ao licenciamento ambiental, impactos em áreas sensíveis e a revisão dos processos judiciais e administrativos de matéria socioambiental. Ao realizar a análise de

risco socioambiental e climático para a emissão de uma fiança de projeto de energia, constatou-se então, que este está localizado em um município onde existem assentamentos quilombolas ainda não reconhecidos pelo órgão federal responsável, mas que, apesar disso, com enfoque preventivo, eventuais danos a essas comunidades devem ser considerados em nossa avaliação, de modo que possamos verificar se o cliente agiu de forma diligente com relação ao tema. Após questionamentos sobre esses possíveis impactos, o cliente informou sobre a existência de uma recomendação do Ministério Público junto ao órgão ambiental para que fossem feitas consultas às comunidades, mesmo não havendo impactos diretos segundo os estudos ambientais.

Para preparar o cliente sobre possíveis solicitações e alertá-lo sobre a necessidade de considerar eventuais sobrecustos relacionados ao tema na alocação de recursos para o projeto, foi solicitada ao cliente a apresentação de um plano para tratar tal demanda,

além da realização de conversas com o objetivo de compartilhar experiências sobre outros projetos que passaram pelo processo de consulta prévia, destacando o histórico de pedidos mais comuns por parte das comunidades afetadas em situações similares.

Dada a disposição e o engajamento do cliente, bem como a condição precedente de atendimento da demanda do órgão ambiental para a emissão da fiança, houve conforto para o prosseguimento da operação.

Além disso, recentemente o Itaú renovou essa fiança e foi verificado novamente o status do cumprimento dos acordos feitos com as comunidades quilombolas, assegurando que o projeto não enfrentasse riscos de atrasos e sobrecustos imprevistos devido a possíveis reclamações da comunidade.

Case 2 – Soluções para Viabilizar Operações Relacionadas a Projetos com Pendências Socioambientais

O Itaú entende que um dos pilares de uma governança ESG de excelência é o conceito de relevância e proporcionalidade na avaliação ESG de suas operações. Isso significa admitir que é impossível aplicar a mesma régua de avaliação para todo tipo de operação. Assim, a estratégia de avaliação ESG deve ser proporcional aos respectivos riscos ou exposição associados.

Para operações mais complexas, a análise ESG no Itaú é muito ampla e a aprovação depende da avaliação positiva em todos os aspectos avaliados. O exemplo a seguir mostra um caso de grande complexidade em que a questão ESG foi avaliada por vários prismas diferentes, o que exigiu adequações na estrutura da operação para atendimentos a todos os critérios ESG examinados.

A operação em questão precisava ser direcionada a determinados investimentos específicos focados em eficiência e redução de emissões de gases do efeito estufa, conforme

exigência do funding, o qual exigia uma avaliação de uma série de boas práticas ESG da tomadora dos recursos. Além disso, a operação precisava seguir critérios ESG da governança interna.

O projeto estruturado com o cliente cumpria as exigências do funding pois primeiramente o cliente possuía de fato uma série de boas práticas ESG que são divulgadas, inclusive, em seu relatório anual. Como exemplo, podemos citar as políticas de inclusão social. Além disso, o projeto proposto atendia aos critérios de enquadramento exigidos pelo funding, uma vez que abordava a substituição de um processo de pintura na sua produção que consumia muito combustível fóssil.

A solução encontrada era a substituição dos aplicadores de tinta por equipamentos mais eficientes e que poderiam ser acionados por energia renovável. O resultado que a alteração propunha resultaria em uma economia de 25% em consumo energético e utilização de 100% de matriz renovável para rodar o processo, o que é

particularmente impressionante considerando que esse processo representava cerca de 95% das emissões da fábrica que receberá o projeto.

Apesar dos critérios do funding terem sido atendidos e do fato dessa operação ter um claro apelo ESG, havia também a necessidade de cumprimento dos critérios internos para aprovação da operação. De maneira geral, os critérios foram satisfatórios. Contudo, um dos critérios avaliados apresentou o ponto de atenção que resultou na alteração da estrutura da operação: para financiar um projeto, é critério ESG do banco é a exigência de licença ambiental. Nesse caso, a fábrica possuía as devidas licenças ambientais para operação. Entretanto, haveria a necessidade de obtenção de uma licença ambiental específica para a substituição do processo de pintura.

Para a resolução desse ponto tivemos que solicitar a abertura de todos os custos associados a implantação da operação. Com essa informação,

separamos os custos que dependiam da licença ambiental (por exemplo, as obras de adequação da área de pintura) dos custos que não dependiam desse documento (por exemplo, a compra dos novos equipamentos). Assim, com o objetivo de não renunciar aos critérios ESG do banco e a fim de encontrar uma solução compatível com o cenário identificado, propusemos dividir a operação em duas. Sendo possível o financiamento imediato da parte não dependente do licenciamento. A parte que depende do licenciamento fica condicionada a apresentação desse documento.

Dado o exposto, fica evidente a diligência do Itaú no que diz respeito a análise de riscos socioambientais, a fim de garantir que a governança interna e os compromissos públicos do banco sejam respeitados, mas também atuando de maneira a garantir a viabilidade de operações financeira com viés ESG positivo ao apoiar o cliente na busca por uma solução adequada.

Case 3 – Engajamento de Clientes para Acesso a Linhas de Crédito Direcionadas a Projetos Sustentáveis

Apesar do notável avanço em termos de cobertura das atividades do setor de saneamento nos últimos anos, quando o Brasil alcançou, em 2023, a marca de cerca de 85% dos domicílios com acesso à rede geral de abastecimento de água e 70% do escoamento do esgoto sendo feito pela rede geral; a universalização dos serviços de saneamento ainda apresenta espaço para novos investimentos e é um dos principais pilares de infraestrutura que impacta diretamente na economia, na saúde pública e na gestão dos recursos naturais.

Neste sentido, o Itaú desempenha papel importante no financiamento de projetos de saneamento observando o atendimento às metas estabelecidas pelo novo marco legal; viabilizando a concessão de crédito a partir de instrumentos financeiros que utilizam funding próprio, mercado de capitais ou fundings específicos direcionados a projetos sustentáveis; além de monitorar a gestão e o desempenho das companhias de saneamento das quais é credor.

Sendo assim, destacamos a seguir um caso prático de atuação do Itaú como instituição financeira que assume também o papel de assessor ESG no processo de suporte e engajamento de uma grande empresa brasileira de saneamento para ter acesso a uma linha de crédito concedida no âmbito de um programa que incorpora critérios climáticos, ambientais, sociais e de governança, disponibilizando recursos para financiar projetos sustentáveis.

Durante o processo de engajamento do cliente, o Itaú teve o papel fundamental de apresentar não somente o conceito e condições financeiras dessa nova linha de crédito, mas também os requisitos necessários para acesso a ela. Dessa maneira, o envolvimento das áreas comercial, de crédito, de riscos e jurídica que cuidam do tema ESG no banco – desde as primeiras conversas com a empresa – foi fundamental para a construção do engajamento do cliente como potencial candidato a tomador desses recursos financeiros.



Inicialmente, foram apresentados à Cia os critérios de priorização do programa que devem ser atendidos pelos projetos selecionados para receber o recurso financeiro captado: neste momento, o Itaú apoiou a empresa no processo de identificação desses critérios e nos seus respectivos indicadores e metodologia de cálculo para acompanhamento da sua evolução.

Um exemplo prático de critério de priorização é a potencial redução de desigualdades de renda a partir da implantação dos projetos, que poderá ser medido pela quantidade de beneficiários cadastrados na Tarifa Social e Vulnerável nas áreas de implantação do programa.

Logo após a avaliação dos critérios de priorização, culminando na escolha dos projetos selecionados, o Itaú iniciou a análise de riscos fazendo a combinação entre os temas já usualmente considerados pelo banco nas operações de financiamentos direcionados a projetos e, os tópicos exigidos pelo programa como indispensáveis nesta avaliação como, por exemplo, regularidade das licenças ambientais, garantia de não geração de danos às

condições ecológicas de corpos hídricos e, a garantia de não violação de direitos de comunidades tradicionais, além de outros.

Após a conclusão das etapas anteriores, o Itaú não identificou gaps relevantes relacionados aos temas ESG e de riscos socioambiental e climático avaliados nos projetos, mas somente a não aplicabilidade de alguns desses itens, formalmente declarada pela empresa e, tecnicamente condizente com as localidades de instalação e as atividades a serem realizadas na sua implantação.

Finalmente, no que diz respeito ao monitoramento do desempenho e da gestão socioambiental dos projetos, para cada um dos aspectos considerados na análise de riscos anterior a contratação, foi elaborado um plano de acompanhamento contratualmente formalizado, que deverá ser reportado anualmente pelo cliente a fim de garantir que os indicadores definidos pelo Itaú e pela Companhia – diretamente alinhados com as exigências específicas de tópicos ESG da linha de crédito tomada – sejam cumpridos até o vencimento da operação, existindo, inclusive,

penalidades que podem ser aplicadas à empresa em caso de não atendimento dos itens monitorados.

